



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: os impactos dessa relação na formação de crianças e adolescentes brasileiros

BÁRBARA MENEZES SILVA SANTOS

Reflexão Teórica - Eixo II: Educação

Pós-graduada em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Telefone de contato: (21) 98144-0806

E-mail: babi_santos00@hotmail.com



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: os impactos dessa relação na formação de crianças e adolescentes brasileiros

Bárbara Menezes Silva Santos

RESUMO

Este artigo trata da forma como a política de educação brasileira está estruturada, partindo das leis que a regulamentam e da vinculação ao mercado de trabalho. Dessa forma, pretende-se refletir acerca dos impactos gerados para a formação das crianças e adolescentes brasileiros neste contexto. Foi levantada a hipótese de que a educação voltada ao atendimento das demandas do mercado de trabalho acarreta prejuízo à formação das crianças e adolescentes brasileiros. Ela foi confirmada com o levantamento bibliográfico feito.

Palavras-chave: Educação. Educação e Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This article is about the structure of the Brazilian's educational politic, beginning with the laws that regulate it and it's relation to the job market. In this context, the intention is to ponder around the impacts caused for Brazilian's children and adolescents formation. There was raised the hypothesis that the education turn to satisfy the job market demands causes damage to the Brazilian's children and adolescents formation. The hypothesis was confirm by the bibliographic study.

Key Words: Education. Education and Job Market.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



1. INTRODUÇÃO

A política de educação brasileira se estrutura com bases em leis nacionais e em acordos internacionais. Partindo disso, pretende-se refletir acerca da educação oferecida às crianças e adolescentes com a hipótese de que a educação voltada ao atendimento das demandas do mercado de trabalho acarreta prejuízo à formação das crianças e adolescentes brasileiros.

Dessa forma, será abordado o início da relação da educação com o trabalho até os dias atuais, com a vinculação da mesma ao mercado de trabalho, refletindo sobre os possíveis impactos acarretados para a formação das crianças e adolescentes brasileiros.

2. RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

A educação surge vinculada ao trabalho nos primórdios da vida humana em sociedade. Na perspectiva marxista, o homem (homens e mulheres) ao atuar sobre a natureza, transforma-a para satisfazer suas necessidades. O indivíduo nesse processo desenvolve ferramentas para modificar a natureza mais fácil e rapidamente, essa atividade é denominada trabalho.

O trabalho, então, é fruto das habilidades do homem que, em determinado momento da história, aprende a transformar a natureza e construir instrumentos para satisfazer suas necessidades e transmite essa habilidade desenvolvida para os demais membros da comunidade e gerações futuras por meio da educação.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



*O trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*. (NETTO, et. al., 2008, p. 31. Grifos do autor.)*

Portanto, nesta época a educação caminhava junto ao trabalho. Conforme o indivíduo fosse aprendendo coisas novas pela experimentação (trabalho), ia transmitindo às outras gerações (educação). O modo como a educação era transmitida é distinta da contemporânea, principalmente por ser baseada em palavras e desenhos e não na escrita, fato que não a torna menos importante.

[...] a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado e estimulado a generalizar e a *universalizar* os saberes que detém. Ora, tudo isso requer um sistema de **comunicação** que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a **linguagem articulada**) que, além de *aprendida*, é condição para o *aprendizado*. (NETTO, et. al., 2008, p. 33. Grifos do autor.)

Todavia, conforme as habilidades humanas de transformação da natureza foram se aperfeiçoando, o próprio homem foi criando novas necessidades e novos meios de supri-las. Dessa forma, a sociedade foi se desenvolvendo. Em determinado momento passa a haver a apropriação privada de terras (e de meios de produção), fato que dividiu a sociedade em duas, os proprietários e os desprovidos de posses.

Essa divisão foi um marco para a sociedade, para as novas formas de trabalho e para a educação. A propriedade de terras permitiu que seus donos tivessem tempo ocioso, não dedicado ao trabalho. Enquanto a outra classe (não-proprietários) trabalhava durante mais tempo nas terras de outrem.

Sendo assim, a educação também se modificou e dividiu-se para as diferentes classes que emergiam. Enquanto os desprovidos de terras somente trabalhavam e transmitiam seus conhecimentos pela comunicação oral, foram criadas escolas para a classe proprietária.

Ora, essa divisão dos homens em classes [proprietária e não-proprietária] irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. [...]

A primeira modalidade de educação deu origem à escola. A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. Desenvolveu-se, a partir daí uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 155)

Dessa forma, com a criação de escolas, a educação torna-se formal. A transmissão de conhecimento pela comunicação oral não cai em extinção, entretanto não é mais a única forma de repasse de conhecimento. Portanto, a separação entre educação e trabalho explicitado por Saviani (2007) se refere ao afastamento da educação formal em relação ao trabalho produtivo.

Há uma distinção entre a própria educação: àquela concomitante ao processo de trabalho, passada de geração em geração e a educação para o desenvolvimento intelectual, voltada para uma minoria da população de proprietários que não necessitavam trabalhar, que eram as grandes escolas de filósofos. Sendo assim, a educação que era única se divide em duas, juntamente com a separação da sociedade em classes.

A partir da ascensão da burguesia como classe economicamente dominante e do sistema capitalista como regime vigente há um aumento populacional e migratório, a transmissão de informações e conhecimentos passou a ser mais dinâmica e deveria ser acessível a todos por palavras escritas. Portanto, era necessário que todos fossem minimamente alfabetizados para se inserirem naquela comunidade, daí a escola assume um papel primordial de ensino do alfabeto e da cultura letrada.

Além disso, o trabalho manual perde espaço para a máquina, em que a produção era mais rápida e em série. Dessa forma, eram necessárias habilidades para comandar as máquinas e conhecimento para desenvolver novas tecnologias. Assim, a escola torna-se pilar fundamental do modo de produção capitalista.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A educação escolar e o trabalho voltam a andar juntos. Os currículos escolares incorporam conhecimentos mínimos necessários ao manuseio das máquinas e exigidos pela sociedade capitalista. Entretanto, foi criado um subtipo de educação, para o trabalho mais especializado, o curso profissional. Nele, o indivíduo aprendia os conhecimentos básicos da escola tradicional, além de um preparo específico para a manutenção, reparo, ajuste das máquinas.

A introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar. [...] Subsistiram, pois, no interior da produção, tarefas que exigiam determinadas qualificações específicas, obtidas por um preparo intelectual também específico. Esse espaço foi ocupado pelos cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino, tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo. Eis que, sobre a base comum da escola primária, o sistema de ensino bifurcou-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais. (SAVIANI, 2007, p. 159)

Percebe-se então que o vínculo da educação com o trabalho faz-se de forma diferente. Não se dá mais com o processo de trabalho passado por gerações, mas a educação é formulada em função das demandas da sociedade capitalista, ou seja, do mercado de trabalho. Tanto do curso profissional, quanto da educação básica. Inclusive, o entendimento da categoria trabalho se destoa da inicial (marxista), como atividade de transformação da natureza e constitutiva do ser social, passando a ser atividade mecânica no âmbito da produção industrial de bens de consumo.

3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A VINCULAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

A educação no Brasil não seguiu um caminho diferente. Tanto a necessidade de uma cultura letrada no início da industrialização, quanto a vinculação ao mercado de trabalho estão presentes na história do país.

Atualmente, a educação é regulada de forma mais ampla pela Constituição Federal de 1988, onde integra o Título VIII – Da Ordem Social –, Capítulo III: Da Educação, Da Cultura e do Desporto. O título específico a que pertence refere-se aos direitos sociais dos cidadãos.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A Constituição Federal de 1988 é um marco em relação aos direitos sociais no Brasil, entretanto, a oferta de ensino público pelo Estado é anterior a ela. Desde a Constituição de 1891, ainda que de forma restrita, há menção ao ensino como de responsabilidade da esfera pública. Essa preocupação não é sem propósito, a expansão do capitalismo e a necessidade de formar uma classe trabalhadora com o mínimo do nível educacional eram essenciais à época, visto o crescimento da industrialização na Europa, que chegaria ao Brasil.

[...] Para ser cidadão, isto é, para participar ativamente da vida da cidade, do mesmo modo que para ser trabalhador produtivo, é necessário o ingresso na cultura letrada. E sendo essa um processo formalizado, sistemático, só pode ser atingida através de um processo educativo também sistemático. A escola é a instituição que propicia de forma sistemática o acesso à cultura letrada reclamado pelos membros da sociedade moderna. (SAVIANI, 2006, p. 3)

Porém, ao longo dos anos, as classes com maior poder aquisitivo que efetivamente possuíram acesso a educação, por disporem de mais tempo e recursos. Daí a maior diferença em relação à educação atualmente e nas outras constituições, por mais que a dificuldade de acesso na classe proletária seja significativa, é menor que a tempos atrás.

Essa situação [diferença de ensino para as distintas classes] sofre alteração no plano formal na época do Império quando, graças à pressão da pequena burguesia emergente, declarou-se ensino gratuito e extensivo a todos. Na prática, continuou restrito às elites e às camadas ascendentes, bem como aos homens, pois as mulheres só conseguem livre acesso ao conjunto dos cursos superiores existentes a partir da segunda metade do século XX. (BACKX, 2008, p. 124)

Nesse contexto, é evidente a separação em dois tipos de educação, uma destinada aos pobres, outra àqueles mais ricos. Essa grande diferença dá-se, dentre outros elementos, na relação que a educação mantém com o mercado de trabalho.

Para exemplificar a questão temos a diferença entre o ensino profissionalizante e a educação superior. O ensino profissionalizante é historicamente destinado às camadas mais baixas da população, aos que têm a necessidade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho com um nível de especialização, atendendo as demandas do capital por força de trabalho. Tem como objetivo o desenvolvimento de aptidões para o trabalho.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Já a Educação Superior traz características diferenciadas em relação aos outros níveis e modalidades de ensino, visto, inclusive, o público que historicamente a integra. Tem como uma de suas finalidades:

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. (BRASIL, 1996, artigo 43)

Os objetivos mais amplos do ensino superior chamam a atenção ao possibilitarem uma formação que habilita à inserção nos setores profissionais e mais, para contribuir no desenvolvimento da sociedade. O mesmo não ocorre no incentivo à profissionalização, em que é feita uma preparação básica para o mercado de trabalho.

Pode parecer tênue a diferença, entretanto, preparar para o trabalho e tornar apto para se inserir no mercado de trabalho são ações muito distintas. Ao preparar um adolescente para o trabalho há um direcionamento do ensino para essa finalidade, inclusive na perspectiva de moldar o aluno às demandas do mercado, tanto de questões comportamentais e de personalidade, como de áreas com mais defasagem de trabalhadores.

Já a educação que torna o jovem apto para a inserção no trabalho tem um viés voltado para a formação do ser humano, do profissional, porém não há um direcionamento para o mercado de trabalho, tampouco para uma prática tecnicista pura e simples, mas um espaço para reflexão acerca do mundo.

Cabe ressaltar que o ensino superior ainda apresenta-se restrito a uma pequena parte da população, a que possui poder aquisitivo mais elevado. Sendo assim, somente eles têm acesso a uma educação que forma cidadãos que refletirão sobre situações e que contribuirão para o desenvolvimento da sociedade, logo, são os que terão seus interesses representados nas diversas esferas da vida.

No entanto, todas as reformas subsequentes [da educação] continuaram com essa marca de classe, pois quanto mais se aprofundou o desenvolvimento das forças produtivas, mais o país investiu na diferenciação entre educação da elite e a voltada para o trabalho, apesar da resistência dos setores progressistas de cada época. (BACKX, p. 124)

4. IMPACTOS NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Apesar da dificuldade em mapear ou pesquisar o impacto causado pelo ensino escolar, alguns elementos demonstram a sua incapacidade em atender de maneira adequada os educandos e possibilitar uma formação integral aos mesmos. São elas: **fracasso escolar e evasão escolar.**

O chamado **fracasso escolar** refere-se aos altos índices de repetência, que são agravados pelo ideário de que a educação passa de ascensão social, ainda que não seja estatisticamente comprovado, têm-se no imaginário da sociedade que a educação escolar trará bons empregos e mobilidade social.

Outra falácia embutida na proposta do Banco Mundial com relação ao ensino fundamental é a sua concepção como instrumento de diminuição da pobreza. Não existe comprovação empírica e nem concepção teórica que avalize essa proposição. Esse objetivo só seria alcançado em um contexto de crescimento com políticas redistributivas de renda e riqueza, mesmo em países desenvolvidos. (BACKX, 2008, p. 127)

Essa ideia gera falsas esperanças nos alunos e seus familiares que o próprio sistema capitalista (que o cria) não tem condições de sustentar. O desemprego e a pobreza são inerentes ao capitalismo, independente do nível de escolaridade da população. É uma questão estrutural do sistema que não é divulgada, porém passa uma ideia de que basta o esforço e a dedicação pessoal para se alcançar tão desejada mobilidade e ascensão social.

Assim sendo, há uma culpabilização dos alunos repetentes por sua situação, por serem aqueles que não conseguem acompanhar os demais, vistos como desajustados, desinteressados. O problema é tratado como algo individual de desajuste, não trazendo a tona a responsabilidade da política de educação (e estrutural da sociedade capitalista) por não terem condições de atender de forma satisfatória às necessidades daquele aluno.

A dimensão da culpabilização traz sérios danos psicológicos ao educando, enquanto nada é feito para entender e atender suas necessidades. A ideologia é tão presente que culpabiliza aqueles que terminam a escola e não conseguem um emprego, como também os que não alcançam tal feito.

Frente a isso, temos uma escola que prega a retórica da homogeneidade, e seu ensino é direcionado para aqueles que “sabem aprender”. Encoberta por um discurso de igualdade, esse tipo de instituição desenvolve uma cultura seletiva, que segrega, tornando-se um instrumento de reprodução e exclusão social, onde o pobre, o negro e o índio, ou seja, o diferente dos



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



padrões impostos pela elite continuará à margem do sistema. Esforça-se para parecer uma instituição neutra em suas atividades práticas, continuando presa a métodos de ensino que favorecem a fragmentação da consciência e a alienação. Isso leva a um ensino descontextualizado, de conhecimento picoteado, dilacerado e a-histórico. (BARBOSA, 2004, p. 71)

A escola então desiste desses alunos que não conseguem acompanhar o ensino transmitido, até que, grande parte deles evade. O que leva ao segundo item: a **evasão escolar**. A evasão é o fenômeno caracterizado pelo abandono escolar, em que o aluno deixa a escola sem completar todos os anos de ensino.

A repetência se apresenta como um estímulo ao abandono escolar, visto que o aluno fica defasado em relação aos colegas de classe, causando, muitas vezes, um constrangimento naquela pessoa. Fato ampliado pela falta de possibilidade de trocar de escola, como acontece com algumas crianças de colégios particulares.

Além do constrangimento pessoal, o aluno corre o risco de sofrer gozação ou *bullying* dos colegas da escola e até dos profissionais de educação. Partindo de um ensino voltado ao mercado de trabalho, a aprendizagem perpassa pelas dimensões da competição e do individualismo, fazendo com que tenham uma postura de deboche, ao invés de ajuda ao colega que necessita de atenção especial.

A questão da idade também se apresenta como um fator determinante para a evasão escolar. Quanto mais velho, maiores os índices de abandono, fato confirmado pelos números de concluintes do ensino fundamental X número de matriculados no ensino médio.

A estabilidade de matrículas [no ensino médio] no período contrasta com o crescimento de 9,4% no número de concluintes do ensino fundamental entre 2007 e 2013. Embora a relação entre o número de concluintes do fundamental e o total de matrículas no ensino médio não seja direta, já que a melhoria do fluxo no ensino médio implicaria na redução do estoque de matrículas desta etapa, o dado pode indicar que o ensino médio não está captando de forma eficaz os concluintes do fundamental. (BRASIL, 2014, p. 20)

Quanto maior a idade do aluno, maior também é a pressão social para que ele ingresse no mercado de trabalho e maior o constrangimento sofrido por ainda permanecer na escola em classes defasadas em relação a sua idade.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Assim como a repetência, a culpa pela evasão escolar é colocada no aluno (e em alguns casos, na família do mesmo), isentando os educadores, o sistema de ensino e o capitalismo de responsabilidade. As questões referentes a pobreza e a falta de condições de permanecer estão diretamente relacionadas a estrutura econômica atual, que produz essa situação e as desigualdades sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, pode-se concluir que há uma vinculação da educação ao trabalho, porém de forma diferente da marxista e prejudicial à formação do educando. Tanto no âmbito da individualização e culpabilização pelas consequências do ensino, quanto no estímulo ao individualismo e a competitividade.

Há uma política de educação que privilegia os interesses capitalistas ao atender às demandas do mercado de trabalho, ainda que prejudique o desenvolvimento educacional e humano das crianças e adolescentes brasileiros. Sendo assim, a reflexão, a formação do indivíduo, a cidadania, o desenvolvimento das potencialidades e o reconhecimento da condição social que estão presentes em alguns discursos são deixados de lado na prática.

6. BIBLIOGRAFIA

BACKX, Sheila. O Serviço Social na Educação. In. Serviço Social e Políticas Sociais. Org. REZENDE, Ilma. CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2008.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília. 1988.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. 1990.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



_____. Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2014.

NETTO, José Paulo. e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. Cortez Editora. São Paulo. 4ª Edição. p. 330. 2008

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 10. ed. Campinas, SP. 2006.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In. Revista Brasileira de Educação. v. 12. nº 34. Jan./Abr. p. 152 – 180. 2007.